



Emília Araújo & Eduardo Duque (eds.) (2012)
Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas
Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em
Ciências Sociais
ISBN: 978-989-8600-07-3

A espera e os estudos sociais do tempo e sociedade

EMÍLIA ARAÚJO

Universidade do Minho

era@ics.uminho.pt

Resumo:

Seja qual for a “sociedade” e a sua tipologia e modelo de organização sociopolítica, ela é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias. E cada uma destas temporalidades significa existência e diversidade de compassos de espera e é a própria teia de relações sociais e das suas densidades que condiciona a existência, as funções e as características da espera. No presente texto procuramos seguir esta linha de exposição, aprofundando os sentidos do conceito de espera. Atende-se, por um lado, aos desenvolvimentos da sociologia do tempo e, por outro, a vários fenómenos do quotidiano especialmente sinalizadores das funções e das características da espera.

Palavras-chave:

Tempo, espera, valores, temporalidade, identidade

Introdução

Algumas características dos tempos sociais são transversais a qualquer contexto cultural e social. Não porque pertençam à “essência” do tempo, como dimensão existencial, mas, precisamente, porque derivam do simples ato de a experiência existencial do indivíduo resultar da sua relação e interação com os outros. Uma dessas características é a espera.

Seja qual for a “sociedade” e a sua tipologia e modelo de organização sociopolítica, ela é constituída de processos e dinâmicas que possuem durações e temporalidades próprias. E, cada uma destas temporalidades, significa existência e diversidade de compassos de espera. É, afinal, a própria teia de relações sociais e das suas densidades que condicionam a existência, as funções e as características da espera. Podemos, então, afirmar que a espera é inerente ao tempo social. Se seguirmos o entendimento de Simmel, (cit. in Cavali, 1992, p.199), podemos propor, de uma forma geral, que o tempo das instituições, o tempo dos grupos e o tempo dos indivíduos estão entrelaçados e dependem uns dos outros e das dinâmicas temporais que lhe são inerentes. A espera inscreve-se nesta rede de relações. Algumas vezes, ela adquire um estatuto formal, ao ser prevista e regulada (os

tempos *a respeitar para*). Outras vezes, ela comporta um estatuto informal, ou mesmo implícito, não verbalizado, silencioso, mas extremamente edificante da experiência social (os tempos de espera são múltiplos na regulação da comunicação e das interações sociais e podem sinalizadores do interesse, da vontade e do compromisso das partes).

A espera comporta, assim, uma vertente mais objetiva, manifesta através da legislação, da regra e expressa segundo o modelo mecânico e quantitativo; e uma vertente mais intersubjectiva, respeitante aos códigos e regras de interacção e ainda relativa aos mundos psicológicos dos indivíduos, à personalidade.

A análise do conceito de espera e da sua interacção e manifestação nos diversos contextos sociais e na relação destes com o mundo natural passa por admitir que o tempo social abrange mais dimensões do que aquelas que se propõem no âmbito estrito do uso de instrumentos de medição, como relógio ou calendário. O tempo social e, portanto, o ritmo e a espera, são compósitos de estruturas objectivas e de modos de relacionamento, constituindo os próprios dos ritmos do organismo vivo humano. Por isso, admite-se, como refere Ungaretti (1963) que o tempo é um “sentimento” que condensa a experiência do vivido por parte dos indivíduos em interacção e que é apreendido e avaliado mediante dispositivos emocionais. Ainda que haja na espera (definição, extensão e função) algo de imprevisível e de inesperado, a sua penetrabilidade no seio dos tecidos sociais e das interacções é tão elevada e repetida que se torna quase parte integrante do mundo como “estrutura estruturada”, regulando a experiência.

De algum modo, a estruturação da sociedade e das formas de interacção social (objectivadas ou não em regras e regulamentos), sedimentam-se sobre um conjunto de pressupostos temporais que presidem aos mais variados tipos de experiência. Simmel afirma algo extremamente importante: a duração esperada de uma relação determina o próprio desenrolar da relação e o que nela acontece, incluindo o grau de investimento das partes.

Como se observa, a espera desafia-nos de várias formas e em várias direcções, desde logo porque está presente como condição à vida, biológica e subjectiva. No presente texto procuramos seguir esta linha de exposição, aprofundando os sentidos do conceito de espera. Atende-se, por um lado, aos desenvolvimentos da sociologia do tempo e, por outro, a vários fenómenos do quotidiano especialmente sinalizadores das funções e características da espera.

A comunicação estrutura-se em dois pontos. No primeiro referimo-nos à espera como condição necessária à acção e relação social. Na segunda parte, referimo-nos à espera como dimensão integrante das representações colectivas da sociedade e da política modernas.

1. Desconexões sistémicas- eliminação e manutenção da espera

Zimbardo e Boyd (2009) esclarecem algo de extraordinário que caracteriza o dia-a-dia das sociedades hoje, industrializadas e com acesso geral às mais diversas tecnologias. Os autores afirmam existir uma desconexão entre as temporalidades exigidas e determinadas pelos vários sistemas, por exemplo, entre os educacionais, ainda bastante voltados para métodos de planeamento e de avaliação que exigem o contacto pessoal entre aluno e professor e as características emergentes dos estilos de vida, que incentivam a processos de comunicação e de resolução de problemas cuja existência não exige nem espaços, nem

tempos definidos e, portanto, intervalos. O autor é específico em relação à discrepância existente entre a demanda e a exigência que alguns sistemas fazem de espera e a proliferação de processos de socialização e de instalação de experiências de instantaneidade e simultaneidade: se, por um lado, as crianças estão cada vez mais socializadas com a ausência de tempo e com a necessidade (e possibilidade) de encurtar o espaço e o tempo, reduzindo as durações e os compassos de espera entre eventos, por outro, exige-se dessas mesmas crianças e jovens, a necessidade de apresentar sucessos escolares e profissionais, mantendo formas de gestão da temporalidade que implicam saber usar a espera, saber aguardar e adiar recompensas. Vários autores se pronunciaram sobre o conflito de regimes de temporalidades, propondo que as maiores desconexões e colisões se verificam “entre” sistemas – por exemplo, entre as temporalidades do trabalho e as temporalidades familiares e privadas.

Mas, Zimbardo e outros (Zimbardo e Boyd, 2009) referem-se às mudanças e (des)ajustes intra sistemas, assumindo-se que os diversos atores de cada sistema, assim como os vários subsistemas, não coincidem no que respeita às regras, interesses e objectivos temporais que impõe, administram ou seguem.

Assim como há, portanto, uma pluralidade de tempos, há também uma pluralidade de esperas, algumas das quais geradas na dinâmica própria do sistema e não propriamente por decisão, intenção ou vontade dos atores.

Acepções da espera

A espera é uma condição essencial para a organização do mundo social e natural.

Quer dizer, cada processo possui um tempo e a sua ocorrência é mutuamente condicionada: o ritmo temporal natural e o ritmo temporal social, ao qual juntaremos agora o ritmo temporal tecnológico, definem compassos de espera, intervalos que se configuram como tempos, depois instalados entre as ocorrências e que não só definem os resultados (sucessos) destas, como determinam as suas identidades, as suas funções e, sobretudo, atestam a sua capacidade para se consolidarem como necessários no mundo social e natural.

Sincronia

O equilíbrio maior estaria definido pelo respeito exclusivo dos intervalos e dos compassos de tempo natural e socialmente definidos (pelo costume, pelas regras, pela dinâmica cultural) como necessários ao cumprimento dos eventos, ações e atividades. Assunção que presume a existência, por um lado, de tempos certos para a ocorrência de todos os eventos e, por outro, de atores que, em cada sociedade, sabem determinar os “tempos certos para”, assim como de traços próprios aos tempos biofisiológicos e naturais que possuem temporalidades específicas, estruturadas segundo cadências “certas”, ajustadas à condição da vida. Os compassos de espera e de intervalo não servem apenas, afinal, para permitir a realização de outro(s) eventos; servem também para prevenir a colisão temporal de eventos; prever e planificar uma ação, adequando-a à sua função na temporalidade do presente e do futuro. Isto é, servem para avaliar; decidir, ponderar. Esta relação entre a

necessidade da espera na produção da decisão, da avaliação e da ponderação é, contudo, suscetível de debate.

Com efeito, os modos pelos quais a espera contribui ou evidencia estes processos de avaliação, decisão e ponderação são, no entanto, classificáveis à luz de diversos paradigmas da ação e da *praxis* políticas. Quer dizer, cada sociedade, em cada momento histórico e conjuntural define as suas próprias tipologias de ajuste entre as diversas temporalidades que são mais ou menos “eficazes” e mais ou menos “corretas”. Embora a diversidade, como veremos no ponto, seja elevada dentro deste modelo, é certo que o paradigma orientador da política moderna (no sentido macro estrutural e no sentido subjetivo, da “política da vida”) ainda assenta no domínio da representação do tempo linear, do tempo como um bem que deve ser aplicado na perspetiva de ser imediatamente rentável.

Por isso, a definição ideal de equilíbrio entre esperas nos diversos processos que constituem os ritmos globais, é fruto da política e da cultura. E a cultura e a política modernas impuseram determinados princípios de classificação e de valoração que, em geral, subestimam ou desprezam a necessidade ou a utilidade da espera, responsabilizando-se através de diversos mecanismos, grande parte deles valorativos, por uma biopolítica temporal disciplinar e pelo culto da ideia do domínio do mundo social e político sobre o natural (uma equação em que o indivíduo *espera* pela sociedade e o mundo natural *espera* pelo social). Além disso, as cadências naturais de que falávamos acima descobrem-se como manipuláveis, “colonizáveis”.

Expectativa

São cada cada vez mais os contextos culturais em que a espera é sujeita a um constante trabalho de delapidação, através de diversos meios, inclusive as mudanças legislativas e regulamentares, mas também transformações e revoluções significativas, como as da ciência e da técnica, dos media e das tecnologias de informação. Todavia, ainda existem contextos culturais em que a espera é cultivada como necessidade, dom e condição para a ação. São contextos (e indivíduos) que apresentam, ainda assim, duas variações. Podem estar perfeitamente legitimados e, inclusive, serem conotados com estilos de vida mais sustentáveis, seguros e com mais qualidade, como acontece com todos os partilham hoje o movimento do *slow living* (Parkins, 2004) e da necessidade de cultivar a existência de tempos experimentais, probatórios nos diversos tempos e temporalidades da vida. Mas podem também incorrer na classificação de “atrasados”, “lentos” e, portanto, improdutivos e não merecedores de recompensas (materiais ou simbólicas), daí decorrendo mesmo (e também) a exclusão e a marginalização.

Tempo perdido, tempo ganho

A espera não sinaliza, assim, apenas uma quantidade de tempo despendida a aguardar algo ou alguém, em termos concretos. Isto é, uma quantidade de tempo em que se interrompe um certo ciclo de actividade e se provoca dessincronia entre as datas de previsão e de concretização. A espera inscreve-se num “calendário subjetivo” (Hogben, 2006), inter individual e interacional por onde passam emoções e também relações de dominação e de

poder. A teoria das classes e da estratificação consolida largamente a ideia de que a espera resulta de um “*habitus*”, de um processo de socialização que determina a forma como os atores pensam a sua vida e a planificam. A espera adquire o sentido de expectativa e de aspiração. Em certo sentido, os indivíduos não aprendem apenas a esperar e a esperar de uma certa forma, conforme a classe em que se situam. Também aprendem a pensar e a planificar (mais ou menos) a sua vida. Aprendem a lidar diferentemente com as regras racionais e culturais da espera e que, tal como temos vindo a observar, variam conforme a classe social, mas conforme a idade e o sexo, duas construções sociais (Bourdieu, 1998) poderosas na estruturação dos regimes de temporalidades. Regimes que, no fundo, incorporam as regras gerais dos lugares sociais determinados em função do poder económico e social, dos papéis de género e da (des)valorização da idade. Mas, sendo socialmente condicionado (e, portanto, determinada pela consciência sobre as condições objectivas de vida e horizontes possíveis), este conhecimento acumulado transportado e accionado pelos indivíduos no seu quotidiano securiza e prepara o indivíduo para dominar os acontecimentos da sua vida, assim como o nível de precariedade desta. Por isso, tal como afirma Gasparini (1995), a espera, como expectativa, pode ter tanto o sentido de aspiração (*esperar que*), como também o sentido de controlo (*verificadas certas condições, algo acontecerá*).

Esperança

A expectativa pode ter, adicionalmente, o sentido de esperança. Esta, não se opoendo completamente à expectativa e aspiração, rege-se por fundamentos mais vagos e de carácter espiritual. Esperar adquire um sentido próximo ao da fé, garantindo ao sujeito um certo nível de segurança ontológica à vida biológica e social. Tal como propõem vários autores (Gell, 2000; Bourdieu, 1963a; 1963b), a forma como cada indivíduo e sociedade cultivam atitudes mais ou menos orientadas para a esperança, ou mais ou menos baseadas na ideia de destino e fatalidade é variável, mas estruturante na definição da “agência” diária. Mas, tal como acontece com todas as outras aceções da espera, também a esperança é sujeita a pressões e a controlo político. Não de maneira directa, mas indirectamente, através do modo como uma certa sociedade oferece aos seus cidadãos determinadas possibilidades de vida e determinados horizontes de vida - a sua vida projectada no futuro, um futuro necessariamente melhor do que o presente. Os autores da psicologia do tempo, entre os quais Fraisse (1957), demonstram analiticamente como a espera acumulada de esperança potencia comportamentos e formas de cooperação social e inter individual distintas, mais criativas e mais densas, do que os estados de espera acumulados a estados de desesperança, frustração e, portanto, mais caracterizados pela consciência sobre o incumprimento de expectativas.

De forma algo exagerada, estes entendimentos são facilmente relegados apenas para o estudo de fenómenos e de comportamentos individuais, permanecendo no domínio da fenomenologia e da psicologia. Mas, eles são vitais para perceber fenómenos sociais e políticos, num sentido mais amplo, uma vez que são resultado da interacção entre vontades e esquemas individuais de ação e constrangimentos estruturais políticos e económicos que atuam directamente sobre os modos de encarar o futuro, tendo influência sobre o

comportamento social diário do indivíduo, a escalas diversas, entre as quais, do consumo, da poupança, das tomadas de decisão, em geral, sobre a sua vida.

Rito de passagem

Tal como aludimos acima, uma outra dimensão da espera bastante caracterizadora do tempo social é a espera como tempo e duração de prova e de experimentação. Usualmente conotada com certas sociedades em que os ritos de passagem estão explícitos e se multiplicam nas formas objectivas de organização social, este tipo de espera é estruturante nos vários sistemas sociais. É certo que a quantidade de fenómenos sociais em que este tipo de espera se regista, as funções que assume e as posturas das instituições e dos atores políticos em relação a elas variam muito em função de fatores culturais e religiosos, mas, fundamentalmente, em função de fatores económicos e financeiros. De qualquer modo, a sua existência surge legitimada pela “necessidade” (cultural, social e naturalmente condicionada) em cumprir um tempo de teste e de avaliação, além de permitir gerar ordem e sequência, face aos desejos e aspirações individuais. Por isso, se detetam muitas variações deste tipo de espera que não são formalizados e sequer consciencializados pelos próprios indivíduos e sociedades. Trata-se de esperas de provação implícitas, acordadas de forma tácita, através de processos objetivos aparentemente claros. Um bom exemplo é o conjunto de mudanças que se registam, aparentemente e de maneira objetiva e formal, no campo das relações de trabalho e do ensino, cujo fundamento principal é o aumento do tempo na escolaridade, com retardamento sobre a entrada no mercado formal e a legitimação das “estadias” nas fronteiras da precariedade (assim legitimada).

Persuasão e sedução

É muito importante destacar, finalmente, o sentido da espera na sociabilidade, na sedução e persuasão. Em rigor, a espera, seguindo o que afirma Hall (1996) acerca do tempo, “fala” da história e de uma sociedade (Levine, 1997). Mas, independentemente das variações nas suas características e graus de importância, a espera é crucial na gestão das ordens reciprocidade e da interação, seja estas qual forem. Os lugares de poder regem-se pela capacidade de impor a espera, assim como de tolerá-la. Mauss e outros antropólogos, assim como Simmel (cit in Cavalli), permitem dizer o essencial sobre estas duas dimensões da espera: na mesma linha do que vínhamos a afirmar, o tratamento da espera nas relações entre atores e entre atores e instituições varia segundo o contexto social, político e cultural.

As ordens e as expectativas das relações amorosas também se regem por regras de espera, por vezes mais apertadas e implícitas do que as que presidem às relações de amizade, vizinhança ou civilidade. Mauss tem de ser chamado a este assunto porque trabalha justamente o dom, a reciprocidade e as interações e destaca como variam os significados e as interpretações acerca dos lugares que cada um ocupa na estrutura de um grupo, de acordo com a percepção da espera. Entrelaçando-se com o rito e os rituais, assim como com os ritmos, a formação das expectativas e das aspirações, o mesmo evento não exige a mesma espera, conforme a idade, a classe, o género, o papel social, a importância e a proximidade do evento. Em geral, a espera é complexa na dimensão da sociabilidade, pois

a proximidade entre atores não é, em geral, e ao contrário do que se poderia pensar, sinónimo de eliminação da espera porque esta se vem a identificar com amor e/ou com respeito, civilidade, etiqueta.

As regras da espera no domínio da sociabilidade mudam com os estilos de vida, são terrenos dinâmicos. Em geral, em concomitância com as transformações ao nível dos valores e dos dispositivos institucionais de socialização, as últimas décadas conheceram uma significativa redução das esperas (por exemplo, o convite a mais velhos para festas e para sair); as interrupções na fala do professor, político ou pais, apenas como exemplos.

Ainda neste ponto, mencionemos a associação e o lugar da espera nos fenómenos interacionais especificamente persuasivos e de sedução. Diversos processos sociais evidenciam hoje a presença de formas de atração dos públicos que são, em essência, reproduzores dos mecanismos de sedução interacional.

Todos estes momentos de espera encaixam bem e são legíveis a partir da sociologia experiencial de Simmel (1947), bem explícita no conceito de coquetaria. Referimo-nos à importância do sentimento e da sensação na experiência do tempo, um traço que se encontra também muito bem explicado em vários escritos de Elias e de Machado Pais (2011), autor que propõe o detalhe da desconexão entre a aceleração do tempo da vida diária e o stresse da gestão do tempo da intimidade e que, ao fazê-lo, demonstra que a complexidade dos ritmos, seus entendimentos e percepções é tal que as sociedades em que vivemos e em que se acredita haver tempos certos para tudo, não só produzem os “atrasados”, mas também os “adiantados”, os quais sinalizam a órbita do núcleo rígido do tempo social dominante, sendo alvo de desvalorização, justamente por causa da sua “precocidade”.

Antecipação e adiamento

A espera pode ainda adquirir o sentido de antecipação e adiamento, ambos estudados largamente na psicologia em diversos aspectos da vida social e do comportamento e são citados por Karniol et Ross para demonstrarem como:

“While some individuals aim primarily to avoid or eliminate negative states, others focus on achieving or maintaining positive states” (Karniol e Ross, 1996, p. 606).

Por causa dos efeitos negativos que cada uma das posturas levadas ao extremo podem ter, quer sobre o indivíduo, quer sobre a “qualidade do produto”, Lazarus conclui que, para evitar as sensações de antecipação de “despachar rapidamente”, devem ser incutidos valores relativos à possibilidade de obtenção de recompensas gratificantes. No caso do adiamento e recusa, diz que devem ser desenvolvidas medidas de desligamento momentâneo da tarefa e, mesmo, mecanismos de restauro, tais como férias e outros momentos de recuperação (Lazarus, 1980 cit in Karniol e Ross, 1996, p.607).

Tudo o que se disse até aqui é válido para entender de forma mais densa como o adiamento e a antecipação subentendem a gestão de (tempos de) esperas. Mas é importante

voltar ao fundamento socialmente construído e reproduzido da atitude e do modo de estar no tempo (diário e biográfico).

Há elementos de personalidade que explicam a disposição para a adiar ou para antecipar. São muito importantes e têm sido centrais para explicar algumas metodologias de intervenção na área da educação e do trabalho, como anotamos acima. Mas, para além destes, importa destacar a influência dos padrões culturais e do “*habitus*” de classe na formação dessa disposição. Com efeito, à medida que subimos na hierarquia social, níveis em que o índice de riqueza é superior, as condições objectivas de vida são melhores e o tempo é encarado segundo uma postura de controlo. Neste caso, a determinação da espera varia conforme o interesse do ator ou atores envolvidos numa transação, num fenómeno ou evento. Isto é, a posição social condiciona a legitimidade para mudar e alterar regras. Portanto, o adiamento e a precocidade assumem uma vertente estratégica, acompanhada do sentido da autonomia sobre a administração do tempo. Trata-se de grupos em que, paradoxalmente, certas regras da espera são bastante rígidas e outras susceptíveis de rápido encurtamento ou retardamento. Bourdieu referiu-se várias vezes à maior probabilidade de os filhos de classes mais abastadas serem “precoces” relativamente à aprendizagem escolar e cultural.

Há outras diferenças que, a partir da classe, valorizam os condicionamentos de género e de idade. Alguns estudos a partir de Rampanzi e Lecariddi (1993) enfatizam a forma como homens e mulheres crescem em sociedade interiorizando regras e modos de entender e responder ao tempo (diário e biográfico) diferenciadas e reguladas pelos papéis sociais que se esperam que sejam exercidos por homens e mulheres em sociedade. Os estudos mais recentes têm vindo a alterar ligeiramente o sentido destas conclusões, sendo realçada alguma proximidade entre as representações dos homens e das mulheres. Mas, as diferenças continuam a ser observadas na maioria dos estudos que assinalam o facto de as mulheres, em comparação com os homens, terem perspectivas de futuro mais profundas; guardarem mais os detalhes da memória, anteciparem mais os eventos de ordem pessoal e profissional nas suas vidas e manifestarem mais à vontade com a necessidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, oferecendo mais o seu tempo a interrupções. Em rigor, homens e mulheres são socializados com normas diversas quanto ao modo de organizar e pensar o tempo, observando-se que as mulheres são mais orientadas para cultivarem as características mais relacionadas com a espera, paciência e resiliência do que os homens. Valores e crenças religiosas sustentam estes modelos de socialização que, tal como se sabe, são funcionais, respondem a maior predisposição para a linearidade, impaciência e ruptura, com as quais os homens são mais socializados.

Em termos de idade, a ideia fundamental ainda é sustentada pelas teses de Piaget, segundo o qual a percepção do tempo e as repostas diárias que envolvem tempo e duração são mediadas por mecanismos biológicos e psicológicos associados à idade biológica. Por isso se explica que a espera custe mais a uma criança até seis anos, do que a partir desta idade, quando a criança é também confrontada com vários dispositivos físicos que a obrigam a esperar e normalizam esta como regra social e componente da sua vida. O quadro de Piaget é fundamental para perceber o significado social que pode ter a eliminação de certos compassos de espera no tempo social no modo de ajuste em relação ao tempo psicológico

da criança: quando a criança cresce socialmente muito mais rápido do que é capaz biologicamente, predispondo-se a comportamentos imaturos. A sociologia da idade que justamente a entende como construção social, constitui uma área de interesse nas sociedades modernas, envolvidas em enorme complexidade entre demandas e expectativas sociais e capacidades e limites individuais.

Assim apresentada, a espera surge como compasso temporal, intervalo, duração que pode ser tida como necessária ao sistema porque contribui para a redução da entropia provocada pelo possível choque de tempos. Uma necessidade que é, contudo, variável conforme o interesse, o objetivo e as características desses sistemas.

2. O tempo, a sociedade e a política

Ocorre que a história do século XX é a história da *fetichização* do tempo, isto é, do tempo tornado mercadoria, transaccionável, sujeita a um valor de troca. A ciência e a técnica desenvolveram-se neste braço próximo de conquista do tempo que se expressa pela progressiva capacidade de encurtar os intervalos considerados vácuos dispêndio de recursos. O processo é simultâneo nos planos micro, meso e macrosociológico. Acontece em mundos não globalizados e, portanto, menos sujeitos aos ciclos de evolução de outros contextos, a espera e a sua duração (fosse qual fosse o sistema), poderia ser considerada um traço cultural, socialmente reproduzido e respeitado. O processo de tomada de decisão é um exemplo deste caráter culturalmente inscrito da espera. Mas, em mundos globalizados, crescentemente interdependentes, em que a temporalidade local é substituída pela temporalidade mundial (Virilio, 1997), cada evento ou cada processo local e, inclusivamente, subjectivo, é atravessado pelo estado da temporalidade mundial, das suas características e do seu rumo (Urry, 2002; Adam, 2003; 2004).

Num sistema mundial gerido pelos princípios básicos do capitalismo – *tempo é dinheiro, tempo perde-se e ganha-se* – os desenvolvimentos da técnica e da ciência devem ser chamados a esta argumentação. Tal como expõe Virilio, na linha de autores anteriores que mais pensaram filosoficamente sobre o poder da técnica e da ciência na mudança social, o poder económico é central nas sociedades modernas e essa centralidade implica (enquanto meio) dispositivos de governação mundial da velocidade potenciados pelas tecnologias dos mais diversos tipos e formas. Hoje, são vários os teóricos que nas ciências sociais têm enfatizado a tendência das sociedades e dos processos sociais para o aumento de aceleração, com redução dos intervalos e dos compassos de espera entre eventos. Estas teses sobre a aceleração e redução das esperas determinadas pelos ritmos biológicos e naturais coincidem com os interesses do projeto tecnocientífico da modernidade. É infinito o número de processos sujeitos à temporalidade tecnocientífica que, no limite, substitui a temporalidade social e biológica pela temporalidade mecânica e robótica. Diversos autores analisam fenómenos que mostram a avidez da aceleração e da eliminação de tempos considerados menos apropriados, não produtivos ou “feios”, segundo os padrões das sociedades de consumo. Mostram também os potenciais efeitos sobre a temporalidade do planeta decorrentes da pressão da eliminação dos processos naturais, entendidos como mais sustentáveis, justamente por respeitarem os compassos de espera natural e biologicamente determinados e eticamente estabelecidos. Entre milhares de exemplos, refiramos os debates

sobre a criação dos transhumanos, a clonagem, os alimentos transgênicos, o fermento, as hormonas, o aviário e a estufa, o controlo da hereditariedade; a escolha de sexo e mesmo a determinação dos *backgrounds* genéticos. A redução da espera tem efeitos benéficos para muitas populações do globo e pode ser perspectivada como uma ação de integração de alguns povos nos circuitos mundiais de produção e de existência. Mas, como temos vindo a observar, a espera dificilmente se desliga das relações de poder e dificilmente não sinaliza o exercício de domínio de um ator, grupo país ou sociedade sobre outro. Por isso, é pertinente a citação que transcrevemos a seguir a propósito do entendimento de Virilio sobre a velocidade:

“A partir da construção de uma relação de equivalência entre mais-poder e mais-velocidade, Virilio tenciona justificar o abandono das relações de vigilância constituídas por intermédio de uma estruturação do espaço, da sua materialidade, em favor dos procedimentos de controle articulados, entre outras celeridades, ao tempo real das transmissões. Nos processos de vigilância realizados remotamente, a relação de transparência, desvalorizando os fundamentos geográficos ou geométricos, supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas a distância. É sobre essa nova forma assumida pela transparência, situando-a no corpo de conceitos que Virilio trabalha em suas análises sobre a vídeo-vigilância, que este artigo pretende tratar” (Ferreira, 2009, p.97).

A espera, nas diversas escalas de temporalidade em que pode ser posicionada, sinaliza, assim, a marca de um poder mais ou menos explícito e conhecido.

Um dos livros sobre a experiência do desemprego como experiência temporal e como espera é o livro de Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, *Les Chomeurs du Marienthal*, escrito nos anos cinquenta. Bourdieu escreve no prefácio da nova edição deste livro, em 1981, um texto que mostra bem os paradoxos da espera na sociedade ocidental.

Bourdieu escreve o seguinte:

“Exclus du jeu, las d’écrire au Père Noël, d’attendre Godot, de vivre dans ce non-temps où il n’arrive rien, où il ne se passe rien, où il n’y a rien à attendre, ces hommes dépossédés de l’illusion vitale d’avoir une fonction ou une mission, d’avoir à être ou à faire quelque chose, peuvent, pour se sentir exister, pour tuer le non-temps, avoir recours à des activités qui, comme le tiercé, le totocalcio et tous les jeux de hasard qui se jouent dans tous les bidonvilles et toutes les favelas du monde, permettent de réintroduire pour un moment, jusqu’à la fin de la partie ou jusqu’au dimanche soir, l’attente, c’est-à-dire le temps finalisé, qui est par soi source de satisfaction. Et pour essayer de s’arracher au sentiment, qu’exprimaient si bien les sous-prolétaires algériens, d’être le jouet de forces extérieures (« je suis comme une épluchure sur l’eau »), pour tenter de rompre avec la soumission fataliste aux forces du monde, ils peuvent aussi, surtout les plus jeunes, chercher dans des actes de violence qui valent en eux-mêmes plus – ou autant que par les profits qu’ils procurent, un moyen désespéré de se rendre « intéressants », d’exister devant les autres, pour les autres, d’accéder en un mot à une forme reconnue d’existence sociale. Professionnels de l’interprétation, socialement mandatés pour donner sens, rendre raison, mettre de l’ordre, les sociologues, surtout lorsqu’ils sont les adeptes conscients ou

inconscients d'une philosophie apocalyptique de l'histoire, attentive aux ruptures et aux transformations décisives, ne sont pas les mieux placés pour comprendre ce désordre pour rien, sinon pour le plaisir, ces actions faites pour qu'il se passe quelque chose, pour faire quelque chose plutôt que rien quand il n'y a rien à faire, pour réaffirmer de façon dramatique – et rituelle – qu'on peut faire quelque chose, s'agirait-il de l'action réduite à l'infraction, à la transgression, donc assurée de « faire sensation » en tout cas, dans l'échec comme dans la réussite” (Bourdieu, 1981).

Os debates sobre a integração europeia e a situação dos vários países passam pela análise da espera de alguns países em relação a outros. Ainda enraizada e explicável pela presença da temporalidade baseada na ideia de progresso, cada país parece ter sido posto num eixo de temporalidade linear e uniforme. Por isso, enquanto alguns países parecem dominar esta escala de temporalidade e determinarem os ritmos, outros países aparecem como seguidores deste esquema, podendo ficar à margem, à “espera “ e em diferimento temporal. Em geral, a sequência é esta: no núcleo, os países mais velozes, capazes de acompanhar as “metas”; de outro, os países menos velozes, cujo estado de espera é atribuído à sua incapacidade de seguir a linearidade do tempo definida pelo núcleo e não aos processos de escolha deste núcleo. Esta imagem geográfica e espacial do tempo-espera serve-nos para perceber a amplitude da espera em vários outros processos e fenómenos sociais que seguem, à escala nacional de cada país, as mesmas regras de marginalização e de segregação dos que não dispõem de meios ou não entraram nas temporalidades referenciais : os jovens à procura de emprego; os trabalhadores temporários; as crianças com insucesso escolar; as pessoas com deficiência; (paradoxalmente) os que aparentemente não precisam de ajuda do sistema (ver debate sobre classe média hoje).

As organizações, a ciência e a técnica

Os estudos sociais do tempo têm publicado um amplo leque de resultados de investigação que cobrem diversos meios organizacionais e escalas de temporalidade. A espera é sempre referenciada em pesquisas que assinalam uma ou várias das dimensões que temos vindo a assinalar. Destacamos as investigações que mostram empiricamente a interacção entre variáveis individuais, sociais e institucionais na geração da espera, assim como a função e o papel desta nos universos sociais, organizacionais e políticos. Ente a vasta obra de Zerubavel realce-se os estudos sobre o tempo nos hospitais, dos quais resultam teorizações sobre o modo como o tempo e a vida dos doentes, dependendo dos regimes de temporalidade que caracterizam cada tratamento e que são unicamente determinados pelos administradores, em lógicas semelhantes às temporalidades da organização científica do trabalho, fica suspensa a partir do momento em que entram no espaço-tempo do hospital. Zerubavel, como vários outros autores que seguem a mesma linha de pesquisa (Carapinheiro, 1993), destaca, sobretudo, a ausência de poder do doente para impor qualquer um dos seus tempos, obrigando-se à espera imposta pela temporalidade hospitalar. Mencionem-se, ainda, os estudos sobre o tempo em instituições totais, como prisões, onde as temporalidades diária e biográfica do indivíduo ficam também suspensas (Cunha, 1997) e a espera surge experienciada como um tempo “demorado” que “custa a passar”, um tempo que é necessário “fazer passar”. Mas, diferentemente do que

acontece no hospital, em que o indivíduo convive com a espera inerente à sua condição de saúde e depende da evolução, ao minuto, do seu estado; na prisão, o indivíduo é confrontado com quantidades de tempo muito objectivas (meses, anos, décadas), que se apresentam, desde o início, com prazos dificilmente alteráveis. De todo o modo, a expressão “fazer tempo” sinaliza diferentes modos de os indivíduos de adaptarem à condição da espera que vivem. Esta espera do recluso coincide com várias outras esperas, nomeadamente de familiares e de amigos para quem ele é significativo. Quer dizer, a espera do recluso transforma-se em suspensão e intervalo biográfico para vários outros atores que aguardam a passagem do tempo e vinculam a sua experiência à do recluso. Quadro semelhante se passa em relação ao doente, sobretudo ao doente internado (Roth, 1963) e, ainda, ao doente em estado de diagnóstico de doença fatal, em cuidado paliativo.

Vários autores trabalham sobre a dimensão organizacional do tempo e a forma como esta se relaciona com estruturas hierárquicas e comunicacionais. Não é linear a ideia de que as organizações, nas suas diversas modalidades de administração, procurem sempre reduzir os compassos de espera entre processos, a fim de limitar os custos supostamente inerentes a essas durações. Tudo depende do tipo de espera, da função da espera na organização e de que forma ela atua sobre o aumento de lucro. Uma organização compõe-se de uma teia de temporalidades que, na sua complexidade, sobrepõem diferentes lógicas de gestão e de percepção do tempo. Em alguns dos subsistemas ou micro processos organizacionais e também em algumas organizações, a espera é uma condição económica: para não ir mais longe, todo o ramo da hotelaria, restauração e turismo se destaca pela necessidade de gerar espaços de espera, propícios ao aumento de tempo de estadia, compatível com expectativa de maior consumo. Trata-se, no entanto, de uma espera deliberadamente planeada e medida, passível de ser apresentada e percebida pelos consumidores, não como tempo que custa a passar, mas como tempo que dá prazer e portanto, passa depressa. Paradoxalmente, a organização cria espaços-tempo de espera objectivamente pensados no sentido de aumentar o tempo de estadia, permanência, visualização e, nesse tempo, poder oferecer mais produtos de venda ao consumidor, criando neste ainda mais necessidades.

Os campos do consumo são inegavelmente importantes para observar a relevância política e económica da espera e a forma como a gestão do espaço e do tempo nas organizações é um assunto crucial, que deveremos sujeitar a crítica. Com efeito, na linha do que argumentámos a respeito do intrincado temporal de que se revestem as organizações, verifiquemos que as organizações procuram, afinal, reduzir os compassos de espera em todos os processos de produção e trabalho. Para isso exigem capacidades e *performances* compatíveis com o *just in time* (uma componente essencial na gestão empresarial e organizacional passa pela gestão de estoques). Mas, em simultâneo, provocam esperas (como se disse, na maioria das vezes preenchidas) directamente pagas pelo próprio consumidor que, também em grande parte dos casos, parece convencido do contrário.

Basta observar o que se passa com a introdução das máquinas de pagamento individual e automático numa série de processos de venda, em que é o consumidor que executa a função de pagamento, na íntegra (com todas as suas tarefas), cabendo-lhe também o ónus da espera, na maior parte das vezes entendendo-a como “normal” ou natural”, quando não é. A espera torna-se, assim, um tempo altamente produtivo e

designadamente, se aparecer “dita” ao indivíduo como normal, ou natural. Além de tudo, e em situações em que a espera é partilhada e dividida por um grande número de indivíduos, mais naturalizada se torna e também mais produtiva se apresenta. Apenas a título de exemplo e para além da organização do comércio, particularmente nas grandes superfícies, auto-estradas e muitos outros serviços privados, incluindo hospitais e clínicas em que a espera passou a ser também uma marca da gestão; destaquem-se os serviços do Estado e o modo como este atua sobre inúmeros processos, justamente aumentando o tempo de espera por parte dos cidadãos, em várias esperas (devolução, esclarecimentos...). Realce-se que, contrariamente às empresas privadas que procuram “dourar” a espera, o Estado e todos os seus serviços servem-se do seu poder como mecanismo de legitimação, usando inclusive a espera como categoria internacional explícita (o cidadão deve naturalmente saber que tem de esperar). As organizações das quais depende o cidadão (deste ou daquele modo) estão carregadas de espaços-tempo de esperas, marcadas hábil e explicitamente como “salas de espera”, salas onde a única coisa que se solicita é a espera. Normalmente à espera estão associadas as “filas” (Shwartz, 1979), assim como outros mecanismos cada vez mais sofisticados de criação de espera e de uso deliberado do tempo do cidadão ou do consumidor que, assim, entrega parte do seu tempo a uma entidade externa e à sua gestão. O mesmo quadro se passa em várias modalidades de gestão de recursos humanos e do trabalho nas organizações em que, em vez do tempo parado e de “espera” de encomenda, não é pago no equivalente monetário, mas através de mais tempo “livre”, a dedicar a outras atividades.

Ainda neste domínio, falaríamos da importância da espera e das formas encontradas para a gerir da parte de entidades e instituições, como as judiciais que, de diversas formas e através de vários mecanismos, definem, estipulam e legislam sobre uma vasta tipologia de esperas que se tornam objecto fundamental de negociação nas relações judiciais. A espera surge, assim, ligada a uma quantidade de tempo, a uma orientação no tempo, mas também a um espaço físico, a um território e pode traduzir-se no compasso de tempo que medeia a deslocação entre dois lugares físicos cuja distancia também se mede em termos sociais e simbólicos. Isto é, em vários destes processos deliberadamente provocados ou não, e com mais ou menor interesse para o agente que a enceta, a espera pode traduzir-se em “distância” física e social. Os processos de estratificação social são bem explícitos no que concerne ao jogo de esperas entre estratos sociais e a importância dessas esperas físicas (lugares de centro e de periferia) na definição do relacionamento social e determinação dos patamares de legitimação de comportamentos sociais.

A espera, nas diversas dimensões apresentadas acima, é parte integrante do sistema judicial, dos actos e das linguagens do direito, tornando-se extremamente importantes na definição dos processos e na definição das posturas que uma certa sociedade e país querem de si próprios em relação ao direito que instituem. Apenas a título de exemplo, a adopção de crianças, a liberdade condicional, a prisão preventiva, os prazos de anulação e ou revogação, as prescrições, são situações em que mais visivelmente se observa a manipulação do tempo exercida pelo Estado e expressa pelos seus poderes.

No fundo, a espera mostra-nos de forma mais clara como o tempo é um objecto crucial na política de uma sociedade, tornando-se um eixo de realização de valores e de

ideologias. Faz, por isso, todo o sentido assumir que o tempo é um objecto central na definição dos modelos de representação política e de exercício de política nas democracias, desde logo porque se torna objecto de integração e de discriminação social, de múltiplas formas e sentidos. Relacionando este ponto com o que dizemos sobre a interferência da tecnociência nos temporais e nas temporalidades sociais e políticas, verificamos que a definição da espera e o uso que os diversos atores dela fazem entrelaçam-se com questões de foro ético extremamente importantes a considerar na definição dos modos de governança e de regulação. Observemos que as sociedades convivem de perto com medos e inseguranças várias em relação aos seus futuros. Este é um traço característico de todas as sociedades, desde de que estas sejam capazes de produzir e cultivar imaginários e formas de projecção no tempo futuro.

As sociedades modernas são classificadas como sociedades de risco, marcadas por uma incerteza estrutural em relação a fenómenos naturais (como a destruição do planeta), em relação a fenómenos sociais (a fragilidade e desaparecimento de estruturas de protecção social) e a fenómenos psicossociológicos (incertezas individuais, relação com a doença e a morte). Portanto, sociedades vulneráveis a promessas e a profecias. Neste caso, não tanto da religião e da crença, mas da tecnociência. Há, por consequência, esperas virtuais, hipotéticas, mas com influência sobre os atos sociais e económicos do presente. A título meramente ilustrativo, as poupanças-reforma, grande parte dos seguros, a preservação crioevolutiva, entre muitos outros, são exemplo de fenómenos sociais em que os atores económicos ao mesmo tempo que asseguram uma certa estabilidade ontológica e segurança no presente, pagam-se do futuro perfeitamente incerto (esperas, em certo sentido) no presente.

A caracterização das sociedades de risco, vulneráveis ao pânico e à incerteza, permite introduzir uma dimensão da espera que nos leva ao término desta exposição: a ideia de que as sociedades de hoje não são sociedade à espera (o que comportaria uma grande importância da esperança), mas sociedades que esperam. Neste sentido, a espera servirá para expressar uma espécie de “fim da história”, reflectida sobre as consciências individuais e emergente como representação colectiva: a ruptura sobre a temporalidade linear, mediada pela ideia de futuro aberto; a tomada de consciência sobre a falibilidade da política e a sua des-sacralização.

Conclusão

Este texto procurou mostrar as várias dimensões da espera, como componentes do tempo social. A primeira e grande ideia a reter é a de que a espera evidencia como o tempo é um recurso e uma fonte de poder. Compreendemos também que a espera é uma condição à própria existência dos processos sociais e biológicos, dado que estes comportam um certo grau de entropia que a espera ajuda a dissipar. Neste sentido, a espera é um recuso de gestão e de administração.

Assinalamos, assim, que a espera pode ser definida como um espaço-tempo específico, uma duração e um intervalo obrigatório, procurado ou aleatório. De qualquer forma, a espera expressa normas e convenções sociais que presidem à definição das reciprocidades e das sociabilidades, além de demonstrar formas de encarar os horizontes

temporais (futuro e passado). Nesta perspectiva, a espera tanto pode sinalizar uma perda como um ganho para as mesmas partes envolvidas numa relação. É pertinente destacar o facto de a espera ser socialmente reproduzível e culturalmente constrangedora. Ao mesmo tempo, a espera é um ato de linguagem e objeto das várias ordens discursivas. Por isso, pode ser perspectivada como um instrumento importante de ação política, tanto na dimensão objectiva (dos planos), como na dimensão da esperança e da fé.

Referências

- Adam, Barbara (2003). Reflexive modernization temporalized. *Theory Culture Society* 20, 2, 59-78.
- Adam, Barbara (2004). *Time*. Cambridge: Polity Press.
- Araújo, Emília (2005). Understanding PhD as a phase in time. *Time & Society*, 14,2-3, 191-211.
- Beck, Ulrich (1992 [1986]). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage.
- Becker, Gary S. (1965). A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, 75, 299, 493-517.
- Bourdieu, Pierre (1963). Time Perspectives of the Kabyle. In John Hassard (ed.), *The Sociology Study of Time* (219-237). The Macmillan Press.
- Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1981). Preface. In Marie Jahonda, Paul Lazarsfeld & Hans Seizel. *Les chomeurs du Marienthal*. Paris: Minuit. Recuperado de <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/prefaces/marienth.html>
- Carapinheiro, Graça (1993). *Saberes e poderes no hospital : uma sociologia dos serviços hospitalares* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Carvounas, David & Ireland, Craig (2008). Precariousness, the Secured Present and the Sustainability of the Future Learning from Koselleck and extrapolating from Elias. *Time & Society*, 17, 2, 155-178.
- Castells, Manuel (1998). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell.
- Cavalli, Antonio (1992). La conception du temps chez Simmel. In O. Rammstedt (ed.). *G. Simmel et les sciences humaines / Actes du colloque*. Paris: Méridiens.
- Cunha, Manuela Ivone (1997). Le temps suspendu. Rythmes et durées dans une prison portugaise. *Terrain*, 29, 59-68.
- Dunmire, Patricia (2005). Preempting the future: rhetoric and ideology of the future in political discourse. *Discourse and society*, 16,4, 481-515.
- Durkheim, Emile [1994 (1912)]. *Les Formes Élémentaires de La Vie Religieuse*. Paris : Quadrige.
- Elias, Norbert (1997). *Du temps*. Lisboa: Difel.
- Ferreira, Leonardo (2009). Paul Virilio e a trans-aparência. *Índice* 1,1. Recuperado de <http://www.revistaindice.com.br>.

- Fraisse, Paul (1957) *Psychologie du temps*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gasparini, G. (1995). On waiting. *Time and Society* 4, 1, 29-45.
- Gell, Alfred (2000). Time and Anthropology. In Patrick Baert (ed.). *Time in Contemporary Intellectual thought* (pp. 251-268). Amesterdão: Elsevier.
- Giddens, Anthony (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Grossin, William (1996). *Pour une science des temps*. Paris: Octarès.
- Hope, Wayne (2009). Conflicting Temporalities State, nation, economy and democracy under global capitalism. *Time & Society*, 18, 1, 62–85.
- Karniol, Rachel and Ross, Michael (1996). The Motivational Impact of Temporal Focus: Thinking About the Future and the Past. *Annual Review of Psychology*, 47, 593-620.
- Lash, Scott; Quick, Andrew & Roberts, Richard (1998) (eds.). *Time and value*. Oxford: Blackwell.
- Lazarus, Richard S. (1968). Emotions and Adaptation. In W. J. Arnold (ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (175-265). Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press.
- Leccardi, Carmen (2010). Accélération du temps, crise du futur, crise de la politique. Texto policopiado apresentado em *Temps de crises et crise des temps*, Journée d'étude. 17 de setembro, Paris.
- Levine, Robert (1997). *A geography of time: the temporal misadventures of a social psychologist, or how every culture keeps time just a little bit differently*. New York: Basic Books.
- Luhman, Niklas (1990). *Essays on self-reference*. New York: Columbia University Press.
- Martins, Hermínio (1998). Technology, Modernity, Politics. In Jim Good & Irving Velody (eds). *The politics of Postmodernity* (pp.152-18). Cambridge :Cambridge University Press.
- Mauss, Marcel (2003 [1950]). *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- O'Rand, A. & Ellis, Robert A. (1974). Social class and social time perspective. *Social Forces* 53,1, 53-62.
- Pais, José Machado (2011). *Lufa-Lufa quotidiana: ensaios sobre a cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: ICS.
- Parkins, Wendy (2004). Out of Time: Fast Subjects and Slow Living. *Time & Society*, 13, 2-3, 363-382.
- Piaget, Jean (1959). *A linguagem e o pensamento da criança*. Trad. Manuel Campos. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Ramos Torre, R. (2007). Time's social metaphors: An empirical research. *Time & Society* 16, 2-3, 157-187.

- Rampazi, M. et Leccardi, Carmen (1993). Past and Future in Young Women's experience of time. *Time and Society* 2/3: 353-379.
- Rosa, Harmut & Scheurman, William E. (2009) (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.
- Roth, J. (1963). *Timetables: Structuring the passage of time in Hospital treatment and other careers*. USA: Library of Congress.
- Schouten, Johanna; Augusto, Amélia; Araújo, Emília & Simões, Maria João (2012). *Relatório Final do projecto Tempo e Tecnologia: um olhar sobre o género para o contexto português*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Shwartz, B. (1979). Waiting, Exchange and Power: The Distribution of Time in Social Systems. *American Journal of Sociology*, 79,841-70.
- Simmel, Georg [1946 (1935)]. *Cultura femenina. Filosofía de la coquetería*. Buenos Aires: Espasa Calpe.
- Urry, John (2002). Sociologia do Tempo e do Espaço. In Bryan S. Turner (org). *Teoria Social* (377-403). Lisboa: Difel.
- Ugaretti, Giuseppe (1963). *Sentimento Del Tempo*. Arnoldo Mondadori Editore
- Virilio, Paul (1997). *El Cibermundo, la Política de lo Peor: entrevista con Philippe Petit*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Lévi-Straus, Claude (1964) *Le cru et le cuit*. Paris: Plon.
- Zerubavel, Eviatar (1979). *Patterns of time in hospital life: a sociological perspective*. Chicago: University of Chicago Press.
- Zimbardo, Phillip & Boyd, John (2009). *The Time Paradox: The New Psychology of Time That Will Change Your Life*. Simon and Schuster.